

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 05/2016

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO

- Presidente:** - *António José Pires Almor Branco*
- Vereadores Presentes:** - *Rui Fernando Moreira Magalhães*
- *José Manuel Correia de Moraes*
- *Carlos Manuel Costa Pires*
- *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
- *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
- *João Maria Casado Figueiredo*
- Secretariou:** - *João Paulo Fraga*
Chefe da Divisão Administrativa e Financeira
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da Reunião Anterior** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo**
- Outras Presenças:** - *Jorge Eduardo Guedes Marques*
Diretor do Departamento de Coordenação Geral
- Local da Reunião:** - **Paços do Concelho – Salão Nobre da Câmara Municipal**

Antes da Ordem do Dia

Incêndio no Cachão.

----- O Senhor Vereador *CARLOS PIRES* disse: A Nota que trago hoje, trata-se do incêndio que aconteceu no Cachão. O objetivo do Cachão aquando da sua criação era bem diferente do Cachão que temos hoje, nomeadamente do Complexo. Já é uma situação repetida e eu gostaria de deixar aqui esta nota de desagrado naturalmente, penso que é partilhada, mas em simultâneo tentar saber o que é que a Câmara poderia fazer numa situação destas, ou seja, temos ali empresas do setor agroalimentar, mas cada vez mais temos estas situações que perturbam toda e qualquer instalação do setor agroalimentar, põe em causa as próprias empresas, o Cachão merecia ter outro tipo de iniciativas ou de empresas que não fossem propriamente armazéns cheios de plástico para reciclagem ou para outros fins.

Ou há uma alteração face ao objeto do Cachão e passa a ser um centro de armazenamento de resíduos, ou então não vejo grande solução para aquele espaço.

Um pouco nesta linha, é também o que acontece à entrada de Mirandela, não sei se a Câmara já fez essa diligência, ou se há possibilidade de sensibilização para com o proprietário da empresa, para se proceder à colocação de árvores de crescimento rápido, ou qualquer tapagem que seja natural ou mais artificial, para que Mirandela consiga ter outro aspeto e não aquela situação que é algo desagradável.

Senhor Presidente, já são dois incêndios que acontecem no Cachão, algo deve ser feito, não podemos estar a aguardar por situações futuras.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Na sequência desta nota introdutória feita pelo Senhor Engenheiro *Carlos Pires*, gostaria de fazer uma pergunta muito simples: A administração do Cachão não poderá, com as prerrogativas legais que lhe assistem, mandar limpar aquele espaço?

----- O Senhor Vereador *JOÃO CASADO* disse: De facto não sabia que se tinha passado alguma coisa tão grave, mas deixava aqui uma pergunta que também me parece importante: O que é que a Administração fez relativamente ao incêndio de 2013? Estamos em 2016, já passou tempo suficiente, gostava de saber o que é que foi feito, pelos vistos há poucos dias houve uma reincidência da mesma situação, o que fazer? Onde pode intervir o Município? Eu não sei se o armazém é propriedade da empresa, não sei se é aluguer à Administração que gere o património do Cachão, eu acho que isso são tudo detalhes, que neste momento o Município de Mirandela e o Município de Vila Flor têm uma palavra a dizer, por que realmente é desagradável, a mim por que me apanhou de surpresa, desde 2013 a 2016 já teria tempo suficiente ou para limpar, ou para remover, ou para chegar a um acordo com a referida empresa, por outro lado, uma reincidência ainda torna a situação muito mais grave.



Eu não sei qual é o papel que os dois Municípios poderão deter, face à situação dessa empresa, por que se o espaço foi vendido, a responsabilidade não deixa também de ser partilhada pelos dois Municípios, na medida em que deixaram introduzir dentro do Complexo Industrial Agroalimentar, uma recolha de lixo permanente.

Eu recordo-me que me falaram há uns anos atrás, que era uma situação temporária.

----- O Senhor Presidente *ANTÓNIO BRANCO* informou que quando se fala de vocação agroindustrial, é verdade, existiu vocação agroindustrial naquele espaço, num tempo determinado e que quando essa vocação agroindustrial foi “morta” pelo Estado, foi entregue às Câmaras Municipais. A decisão que as Câmaras Municipais tomaram na altura, foi a decisão que acharam mais adequada. Se me perguntarem se foi a mais correta, se calhar não foi, por que para a Câmara Municipal de Mirandela isso só representou uma coisa, custos, dores de cabeça e chatices e era um problema do Estado, não era um problema das Câmaras. Não vale a pena fazer aqui a análise histórica do que aconteceu a esse nível, as Câmaras Municipais tomaram essa decisão e assumiram esses custos e posteriormente fizeram o mesmo em relação ao Matadouro.

Aquilo que temos vindo a fazer, ao nível principalmente do Matadouro é: Liquidar as dívidas, estabilizar a gestão e aumentar a comercialização, é isso que temos vindo a fazer ao ponto de conseguirmos resultados operacionais.

Ao nível da AIN, houve uma decisão estratégica dos acionistas, que são a Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Vila Flor, de vender como um condomínio aquele espaço, foi feita uma divisão, foi feito um loteamento, houve uma discussão pública, foram feitos loteamentos dos lotes e estes foram vendidos. Foi vendido o lagar, foi vendido o lote da castanha e foi vendido este armazém que teve esta incidência nesta semana e o armazém que teve a outra incidência estava em fase de aquisição, com contrato de promessa de compra e venda realizado e o valor de sinal entregue, existe um conjunto de lotes que também foram vendidos e isso transformou aquele espaço num condomínio industrial.

Esta foi a orientação estratégica que foi tomada há muito tempo e quanto à questão da Mirapapel ou Bio Nordeste, essa opção também foi tomada há já algum tempo.

A Câmara Municipal em determinado momento, antes do primeiro incêndio começou a negociar com a empresa, no sentido da retirada daquele material. Se fosse material fácil de retirar isso já teria acontecido, no entanto é conhecido e público que essa empresa entrou em processo de PER – Processo Especial de Revitalização, entrou em processo de dificuldades económicas, não obstante dessa circunstância, a Câmara Municipal fez aquilo que lhe compete do ponto de vista legal, a Câmara Municipal notificou o proprietário e em relação ao primeiro incêndio, existe um processo a decorrer em Tribunal, a CCDRN notificou o proprietário para retirar aqueles materiais e determinou-lhe uma multa, tudo isto foi algo que o proprietário contestou em Tribunal.

Tendo em conta essas circunstâncias existem duas hipóteses, que são, pegar naquele material, retirá-lo de lá e assumir os custos e cada tonelada custa 80,00€, porque não há outra forma de tirar aquele material dali se não para este valor por cada tonelada.

É evidente que a AIN têm vindo a tentar encontrar soluções mais económicas, porque vivendo já a AIN com a situação financeira difícil que vive, assumir esses encargos significava por em causa toda a estabilidade financeira da empresa e até aquilo que se tem conseguido nos últimos tempos, tem-se vindo a negociar gradualmente quer a dívida bancária, quer a dívida a fornecedores, tem-se conseguido alguma estabilidade e não só, a própria justiça de ter que ali depositar o valor correspondente à retirada daquele material, no entanto as Câmaras têm vindo a fazê-lo e não é fácil.

As Câmaras Municipais fizeram esse percurso, mais célere ou menos célere, mas a verdade é que não é a Câmara Municipal, e as Câmaras Municipais e a AIN, as únicas entidades intervenientes neste processo, nomeadamente, a Proteção Civil através dos seus serviços de fiscalização, notificou o proprietário para retirar aquele material, a IGAT-Inspeção Geral da Administração do Território fez também notificações nesse sentido, não faltam notificações.

Alguém terá de assumir este encargo e esse alguém não vai ser nenhum mecanismo do Estado, terão de ser as Câmaras Municipais e nesse sentido as Câmaras Municipais já tinham em curso um processo e por isso é que existem coisas curiosas neste processo, porque será importante dizer aqui que na mesma noite em que começou este incêndio, foi extinto um incêndio na outra zona e só depois de ser extinto esse incêndio na outra zona é que começou o incêndio neste novo edifício, este novo edifício é propriedade plena do proprietário da empresa Mirapapel, não é um edifício municipal, não é um edifício da AIN, é um edifício privado.

Temos de entender o que é que significa ser um edifício privado, é preciso também entender que os materiais que lá estão, são fardos que saíram de um processo de triagem e estão ali devidamente depositados, esses fardos vieram de algum local e estão ali depositados com conhecimento de algumas entidades. O aceitar a colocação desse material ali foi algo que a AIN assumiu por si e que recorreu às entidades externas, por isso é preciso colocar aqui um ponto de situação muito claro em relação aos comentários que passam em relação a esta situação, eu nem vou comentar o facto de achar que o primeiro incêndio é de mão criminosa e o segundo incêndio também, só isso para mim seria suficiente, porque ao longo dos anos que lá esteve aquele material, em alturas em que o material estaria até muito mais propício a incêndio, nunca surgiu tal situação e surgem sempre nestes momentos e curiosamente surge também numa altura em que nós caminhávamos para uma solução que iria custar dinheiro à AIN e às Câmaras.

Querer confundir isto com aquilo que é e foi o percurso do Cachão, não consigo aceitar, porque o percurso do Cachão de abrir ao exterior já começou há muito tempo, não foi há dois ou três dias, não foi esta Câmara, nem esta administração, houve quem tomasse essas decisões, houve quem na altura achasse que eram as melhores decisões e essas decisões representaram o fim do Complexo Agroindustrial do Cachão. Passou a existir a AIN que é um condomínio industrial e não tem qualquer vocação agroindustrial, tem efetivamente empresas agroindustriais, temos fomentado a colocação dessas empresas, há empresas que estão a utilizar as instalações, não de forma proprietária, mas de forma alugada, por exemplo as lãs, em que o espaço é da AIN, isso resulta do trabalho que tem feito a administração, no sentido de manter essas empresas.

Todos os dias há contactos com empresas, no sentido de as instalar no Complexo, é importante neste processo entender o que é que aconteceu em relação ao que lá está do ponto de vista do passado, eu assumo e terei de assumir no papel que neste momento tenho, que essa não teria sido a melhor solução, eu não a teria tomado, alguém a tomou, mas neste momento terei de assumir como tal, outra questão é lidar com este tipo de empresas.



Outra questão também, tem a ver com a unidade Mirapapel em Mirandela. A Mirapapel em Mirandela é também fiscalizada por um conjunto de entidades e essas mesmas entidades notificam a unidade Mirapapel de Mirandela para que ela retire aquele material, mas também é preciso entender que estão em causa 60 postos de trabalho, é preciso entender que está ali uma unidade licenciada, aquela unidade não é ilegal, aquela unidade não está ali a funcionar de forma ilegal, pode é ter circunstâncias da sua atividade que dentro dos conceitos de fiscalização das entidades que a fiscalizam não estão em condições, mas a unidade em si não é ilegal.

Posso concordar com o Senhor Vereador *Carlos Pires*, quando diz que poderia haver uma maior sensibilização para a questão paisagística, até posso concordar com isso, mas nem sequer sei se é admissível do ponto de vista de licenciamento, é uma unidade numa área ambiental que presta um serviço, não estamos a falar de uma unidade que não é fiscalizada, que não é acompanhada e que funciona ali ilegalmente, não é, é uma unidade licenciada e que funciona e nesse sentido, não obstante, eu poder aceitar que do ponto de vista da sua gestão possam existir circunstâncias que efetivamente colocam em causa a envolvente e outras, mas como digo, isso tem vindo a ser acompanhado. É visível neste momento a retirada de material e essa retirada de material resulta de uma notificação que foi feita pela Inspeção Geral da Administração do Território, que notificou o proprietário para limpar a área envolvente dessa empresa e ele cumpriu. Mas isso não implica que numa área de triagem não continue e existir triagem, vai continuar a existir triagem e de futuro continuará a existir triagem.

É uma unidade licenciada, é uma unidade fiscalizada, se não cumprir a legislação essa unidade é encerrada.

O que foi feito do ponto de vista legal foi notificar as empresas no sentido de resolverem o problema, pressioná-las e tentar encontrar soluções. Eu próprio tive reuniões com a Sociedade Ponto Verde, no sentido de avaliar se por ventura aquele material tinha alguma capacidade de receção, a propriedade do armazém que ardeu agora é da empresa Mirapapel, não é da AIN, é um armazém privado e o que decorreu foi um incêndio num armazém privado.

----- O Senhor Vereador *CARLOS PIRES* disse: Eu não quero criar nenhum desconforto com esta questão, ao nível do Cachão o Senhor Presidente de facto falou aqui num conjunto de matérias que daria para boas conversas, mas a minha nota foi mais simples, eu continuo a dizer o que era o Cachão e o que o Cachão se transformou, eu não estou aqui a dirigir-lhe uma responsabilidade, ou eventualmente uma reflexão para a sua responsabilidade, a questão não é essa. Tendo a autarquia uma certa responsabilidade, não deixa o Governo de ter uma responsabilidade e a responsabilidade também de todo o território, das pessoas que cá vivem.

Conseguindo até eu entender a valorização do espaço por áreas que não são do setor agroalimentar, mas de facto até hoje está mais que provado que nenhuma delas deram problemas como deu esta situação e se dúvidas existissem ficariam completamente eliminadas com esta situação que nem me atrevo a dizer que foi culpa de A, B ou C, a questão não é essa, o Senhor Presidente a determinada altura diz: "...este material não pode ir para um sítio qualquer, custa 80,00€ a tonelada para ser transportado...".

----- O Senhor Presidente *ANTÓNIO BRANCO* informou que quando digo que o material em causa não pode ir para qualquer local, o que quero dizer é o seguinte: aquele material não está ali há dois dias e aquele material se calhar nem devia ter ido para lá, mas a verdade é que foi tomada essa decisão na altura e foi aceite que o material fosse para lá, e quanto a essa decisão eu neste momento tenho de me vincular a ela porque sou um dos responsáveis, isso eu posso aceitar, outra coisa é dizer que aquele material esteve estes anos todos ali e representa um nível de perigosidade, todos os Complexos agroindustriais ou até habitacionais têm riscos, querer sacar àquele caso mais riscos que a outros, sobre isso não me pronuncio, porque a verdade é que nunca se colocou a questão daquele material num princípio de risco, isto é, as notificações por exemplo, que a Câmara Municipal fez, ou que a AIN fez, ou até a Inspeção Geral da Administração do Território fez, não são da perspetiva do risco de incêndio, é numa perspetiva do risco ambiental, hoje em dia há um sistema organizado de gestão de resíduos, que implica que a valorização desses resíduos seja feita de uma determinada forma.

Vamos falar sobre a atividade da Mirapapel, para entendermos o que faz a Mirapapel. A Mirapapel recebe camiões de material, faz a triagem desse material e separa-o em componentes, em componentes de papel, em componentes de metal, em componentes de vidro e em componentes de plástico que enfarda e depois esses plásticos são posteriormente desfardados e triados novamente. Há dois níveis de triagem, é disso que estamos a falar e os sistemas hoje em dia funcionam assim. Outra questão é se efetivamente se devia ter permitido a colocação do material ali. Eu já disse qual é a minha opinião, mas eu neste momento em relação a essa opinião a única coisa que posso dizer é que, parece fácil tirar de lá o material, mas não é. Nunca na vida o Estado tomaria uma iniciativa de tirar aquele material dali.

----- O Senhor Vereador *CARLOS PIRES* disse: Senhor Presidente, eu não vou tão longe ao ponto de dizer que o material deve ser ou não retirado, a minha questão não é essa, a minha questão foi uma constatação trazida aqui e saber de facto que iniciativas, o que é que esta Câmara pode fazer relativamente a esta situação, que desvirtua completamente o objeto inicial. Eu não me manifesto relativamente à atividade de uma qualquer empresa e até entendo a questão dos postos de trabalho e as dificuldades que há, mas o Senhor Presidente também certamente não gostará da vista à entrada de Mirandela e já outras pessoas lho terão dito, o que eu digo aqui não é, nem se fala do encerramento da unidade, ninguém aqui foi tão longe, a questão aqui é: Se do ponto de vista paisagístico, se há uma possibilidade de sensibilizar o proprietário em articulação com a Câmara, que minimize esse problema.

----- O Senhor Presidente *ANTÓNIO BRANCO* informou que há uma ação que está em Tribunal, que foi intentada pela CCDRN em função de um auto de notícia que foi realizado e essa ação, que é uma ação que determina a retirada daquele material, está impugnada em Tribunal. O que vai acontecer é que a AIN vai assumir aqueles custos e vai ser ressarcido deles sabe-se lá quando, ou nunca.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Desmoronamento no Retiro da Princesa do Tua.



----- O Senhor Vereador *JOÃO CASADO* disse: Qual a solução para aquelas pessoas que estão privadas das suas propriedades, bem como de todos os outros que correm o risco de a qualquer momento haja o agravamento da situação. Já são questões de há já algum tempo e as suas soluções, tanto quanto eu sei, não me parece que tenham merecido uma determinada resolução, o que foi feito foi uma tentativa de minimizar, aquilo não é nem pode ser solução definitiva. Qual é o desenvolvimento em relação ao estudo que foi feito?

----- O Senhor Presidente *ANTÓNIO BRANCO* informou que tal como foi publicitado, houve uma decisão do Tribunal para que a Câmara Municipal fizesse uma intervenção temporária de estabilização daquela situação e foi o que a Câmara Municipal fez, a Câmara Municipal além de contratar uma entidade universitária, que fez uma avaliação, contratou posteriormente uma empresa de engenharia que fez um projeto de intervenção, faz neste momento a monitorização e verifica se há estabilidade.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Informação do Presidente.

----- O Senhor Presidente *ANTÓNIO BRANCO* informou:

“Assumindo como nucleares os princípios da transparência e do envolvimento, dá-se conhecimento por escrito da presença do Presidente e Vereadores em permanência em reuniões, assembleias-gerais, eventos e atos similares, dos eventos e ações a decorrer no concelho de Mirandela e das obras em curso, bem como outras informações relevantes que digam respeito à atividade do Executivo Municipal em permanência.

1. Presenças:

- **Assembleia Geral da Resíduos Nordeste.**

Dia 18 de fevereiro, em Mirandela, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal António Branco.

- **Formação sobre VIH e Sida nas Estruturas de Apoio Social (Associação Portuguesa para a Prevenção e Desafio à Sida).**

Dia 18 de fevereiro, no Auditório Municipal, estiveram presentes o Vice-Presidente da Câmara Municipal Rui Magalhães e a Vereadora Deolinda Ricardo.

- **Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, Manuel Madureira.**

Dia 18 de fevereiro, nos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal Manuel Rodrigues.

- **Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins.**

Dia 18 de fevereiro, nos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal Manuel Rodrigues.

- **Sessão de Diálogos Diretos.**

Dia 19 de fevereiro, no GAM, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal António Branco.

- **Festival da Sopas Promovido pela Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM).**

Dia 20 de fevereiro, no Salão dos Salesianos, estiveram presentes o Vice-Presidente da Câmara Municipal Rui Magalhães e a Vereadora Deolinda Ricardo.

- **Reunião da Comissão Alargada do Orçamento Participativo 2016.**

Dia 22 de fevereiro, no Palácio dos Távoras, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal António Branco, o Vice-Presidente Rui Magalhães, a Vereadora Deolinda Ricardo, o Vereador Manuel Rodrigues, o Vereador João Casado e o Vereador Manuel Morais.

- **Reunião com a Unidade Pastoral Nossa Senhora do Amparo.**

Dia 22 de fevereiro, no Palácio dos Távoras, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal António Branco e o Vereador Manuel Rodrigues.

- **Reunião da Comissão Restrita da CPCJ de Mirandela.**

Dia 22 de fevereiro, no Auditório Municipal, esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal Rui Magalhães.

- **Visita a Contins com o Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, António Jacob.**

Dia 23 de fevereiro, em Contins, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal António Branco e o Vereador Manuel Rodrigues.

- **Reunião com o Núcleo de Estudantes de Multimédia EsACT/IPB.**

Dia 23 de fevereiro, no Auditório Municipal, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal Deolinda Ricardo.

- **Reunião com o Diretor do Agrupamento de Escolas de Mirandela, Vítor Esteves.**

Dia 24 de fevereiro, no Auditório Municipal, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal Deolinda Ricardo.

- **Reunião com a empresa Samorinha Tuk Tour.**

Dia 24 de fevereiro, nos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal Manuel Rodrigues.

- **Reunião da Revisão pela Gestão – Qualidade.**

Dia 25 de fevereiro, no Auditório Municipal, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal António Branco, o Vice-Presidente Rui Magalhães, a Vereadora Deolinda Ricardo e o Vereador Manuel Rodrigues.

- **Reunião com a Associação Nacional de Caprincultores da Raça Serrana (Ancras).**

Dia 25 de fevereiro, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal António Branco.

- **Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Torre D. Chama, *Fernando Mesquita*.**

Dia 25 de fevereiro, nos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal Manuel Rodrigues.

- **Reunião do Conselho de Administração do Hospital Terra Quente (HTQ).**

Dia 26 de fevereiro, no HTQ, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal António Branco.

- **Natação Campeonato Regional de Inverno – Entrega de Prémios.**

Dia 27 de fevereiro, na Piscina Municipal, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal António Branco.

- **II Feira do Vinho e do Bacelo – Fradizela.**

Dia 28 de fevereiro, na Fradizela, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal António Branco, o Vice-Presidente Rui Magalhães, a Vereadora Deolinda Ricardo e o Vereador Manuel Rodrigues.

- **Reunião da Comissão Alargada do Orçamento Participativo 2016.**

Dia 29 de fevereiro, no Palácio dos Távoras, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal António Branco, o Vice-Presidente Rui Magalhães, a Vereadora Deolinda Ricardo, o Vereador Manuel Rodrigues e o Vereador Manuel Morais.

- **Receção à Comitiva de Atletas da Tocha da Paz – Peace Run.**

Dia 29 de fevereiro, no Salão Nobre, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal António Branco, o Vice-Presidente Rui Magalhães, a Vereadora Deolinda Ricardo e o Vereador Manuel Rodrigues.

- **Receção à Comitiva de Atletas da Tocha da Paz – Peace Run nas Escolas (EB1 – Escola do Convento e EB1 – Escola do Pinheiro).**

Dia 29 de fevereiro, nas Escolas, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal Deolinda Ricardo.

- **Reunião da Comissão Restrita da CPCJ de Mirandela.**

Dia 29 de fevereiro, no Auditório Municipal, esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal Rui Magalhães.

- **Reunião com o Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, *Manuel Cristino*.**

Dia 29 de fevereiro, nos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal Manuel Rodrigues.

- **Reunião com o Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde, *André Geraldo*.**

Dia 29 de fevereiro, nos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal Manuel Rodrigues.

- **Reunião com o Prof. Carlos Rompante Cunha da EsACT.**

Dia 01 de março, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal António Branco.

- **Reunião do Núcleo Executivo da Rede Social de Mirandela (CLAS).**

Dia 01 de março, no Palácio dos Távoras, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal Deolinda Ricardo.

- **Reunião com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL).**

Dia 01 de março, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal Rui Magalhães.

- **Comemoração do Dia da Proteção Civil nas Escolas de 1º ciclo da cidade de Mirandela.**

Dia 01 de março, nas Escolas, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal Deolinda Ricardo.

- **A Alheira vai à Escola – Escola Luciano Cordeiro.**

Dia 01 de março, na Escola, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal Deolinda Ricardo.

- **A Alheira vai à Escola – Escola Secundária de Mirandela.**

Dia 02 de março, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal Deolinda Ricardo.

- **Reunião da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM).**

Dia 02 de março, em Bragança, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal Deolinda Ricardo.

2. Eventos e outras ações:

- 27 e 28 de fevereiro – Natação Campeonato Regional de Inverno – Entrega de Prémios.



- 27 de fevereiro – II Feira do Vinho e do Bacelo - Fradizela.



- 28 de fevereiro – Tocha da Paz – Peace Run.



A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 – Informação Financeira.

----- Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013, cumpre informar ao Executivo Municipal a seguinte Informação Financeira com data de reporte de:

- 01 de janeiro a 29 de fevereiro 2016:

Descrição	Valores em €
1.º Saldo Transitado de 2015	388.752,96 €
2.º Receita Cobrada	2.578.480,59 €
3.º Despesa Paga	2.566.143,50 €
4.º Saldo de Tesouraria	401.090,05 €
5.º Dívida a Instituições Bancárias	12.839.869,89 €
6.º Dívida a Fornecedores, Empreiteiros e outras Entidades	6.483.200,80 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/03 – Aprovação da ata de 22 de fevereiro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião do passado dia 22 de fevereiro de 2016.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DFT – SO Administrativa.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 29 de fevereiro, pelo Senhor Vereador *Manuel Rodrigues* que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 02/2016

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 15 de fevereiro de 2016 a 29 de fevereiro de 2016

Pedidos de Informação Prévia Deferidos

1/16 – Ruí Alexandre do Nascimento Fontoura – Pedido de informação prévia para construção de um armazém agrícola – Lugar Abelheira – Torre D. Chama.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 04/2016



Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 15 fevereiro a 29 de fevereiro de 2016.

Autorizações de Utilização Deferidas

7/16 – Noémia da Conceição Pinto e outra – Habitação – rua Vila Maria n.º4 – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 05/2016

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 15 de fevereiro e 29 de fevereiro de 2016.

Licenciamentos Deferidos

53/15 – André Filipe Trindade Santos – Construção de uma moradia - Moinhos de Baixo – Mirandela;

54/15 – Jorge Manuel Ricardo Carcau – Construção de um armazém agrícola – Campo Redondo – Passos;

65/15 – Planalto Favorito Sociedade Agrícola, Lda. – legalização e conclusão da construção de um armazém agrícola – Prado – Eivados.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DSO – Área Funcional de Compras e Aprovisionamento.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas em Curso, atualizado em 02 de março, que se dá por reproduzido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/OA – Candidatura à Participação em Eventos e Provas Desportivas Nacionais/Internacionais.

----- Foi presente uma Informação subscrita pelo Técnico da DEASC em 22/02/2016, com o seguinte teor:

“INFORMAÇÃO

Assunto: Candidatura do piloto António Pereira a um apoio financeiro para a Participação no Campeonato Nacional de Todo-o-Terreno 2016

Recebemos recentemente (dia 7 de janeiro) por parte do piloto mirandense de motociclismo *António Pereira* uma candidatura onde é solicitado um apoio financeiro à participação no Campeonato Nacional de Todo-o-Terreno.

De acordo com o Regulamento Municipal de Atribuição de Comparticipações à Prática Desportiva podem beneficiar dos apoios previstos no regulamento os praticantes individuais residentes no concelho há pelo menos 3 anos, desde que fomentem atividades de natureza desportiva de relevante interesse Municipal.

O Artigo 45.º refere que a Câmara Municipal pode apoiar em 20% as despesas de transporte dos atletas em provas a realizar dentro do nosso País. E o Artigo 51.º, do mesmo regulamento, refere que a Autarquia pode apoiar financeiramente os clubes e atletas que obtenham classificações significativas no âmbito de competições nacionais e internacionais.

As classificações do piloto *António Pereira* são de muito mérito pois alcançou um 2.º lugar na geral em Motos no "II Raid Ibérico" no ano de 2014, tendo também vencido a competição na categoria TT2.

Na "Baja de Portalegre" de 2014, uma prova com muita tradição realizada no País e de dimensão internacional, o piloto que não é profissional do motociclismo alcançou um 12.º lugar na geral em Motos e um excelente 6.º lugar na categoria TT2. Mais recentemente, é de destacar o 9.º lugar na geral, numa das provas do Campeonato Nacional de Todo-o-Terreno realizado no ano de 2015.

Já na "Baja de Portalegre" de 2015, prova na qual o piloto teve um apoio monetário por parte do Município de Mirandela no valor de 440 euros, o piloto cumpriu com o solicitado no Regulamento Municipal de Atribuição de Comparticipações à Prática Desportiva e colocou o logótipo do Município de Mirandela na sua moto, no capacete e respetivo fato de competição. Nesta prova o piloto alcançou o 24.º lugar na geral em Motos e o 10.º lugar na classe TT2.

No seguimento do que já foi efetuado no passado com piloto *António Pereira* e com outro piloto de desportos motorizados do concelho (*Luís Fraga* do Jet Ski), faz sentido que o apoio concedido ao *António Pereira* seja pago após a entrega dos comprovativos de inscrição nas provas (recibos/faturas) junto dos nossos serviços, assim como o respetivo NIB para lhe poder ser feita a transferência do valor da inscrição. Salientamos ainda a obrigatoriedade (após lhe ter ser concedido o nosso apoio financeiro) de o piloto usar nas provas do Campeonato Nacional um autocolante com o logótipo do Município de Mirandela na sua



moto, no capacete, na carrinha, no respetivo fato de competição e de participar nas celebrações da Semana da Juventude e Desporto de 2016.

A nossa proposta é que seja atribuída ao piloto uma comparticipação de 85% do valor total das inscrições realizadas nas provas, correspondendo esse valor a 1300 euros e 50 cêntimos. Como as 6 provas são realizadas ao longo do ano de 2016, o piloto poderá receber 85% de cada uma das inscrições realizadas após entregar os “recibos/faturas” junto dos nossos serviços.

À Consideração Superior.”

----- Vem acompanhada de ficha de candidatura, que se dá por reproduzida.

----- A Senhora Chefe da Divisão de Educação, Assuntos Sociais e Culturais Dr.ª *Madalena Ferreiro* em 24/02/2016, emitiu o seguinte parecer:

“Pelo exposto propõe-se que seja concedido apoio ao piloto *António Pereira*, através do pagamento de 85% das 6 inscrições nas provas previstas para o ano de 2016, no valor total de 1.300,50€, isento de IVA.

Como consta da informação, o pagamento será faseado (6 vezes) e mediante a apresentação da fatura/recibo nos nossos serviços.

Para além da utilização do logótipo da autarquia em todas as provas deve haver o compromisso do piloto em participar nas atividades realizadas pela autarquia, nomeadamente na Semana da Juventude e do Desporto ou outras em que se justifique a sua presença.

À consideração superior.”

----- O Senhor Presidente *ANTÓNIO BRANCO* em 29/02/2016, exarou o seguinte Despacho:

“À reunião,

Para aprovação do apoio solicitado nos termos da avaliação realizada e do enquadramento no Regulamento Municipal.”

----- Processo despesa n.º 588 de 29/02/2016.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio para a Participação em Eventos e Provas Desportivas Nacionais/Internacionais, no valor de 1.300,50€ (mil e trezentos euros e cinquenta cêntimos euros) isentos de IVA, ao piloto *António Pereira*, mediante apresentação dos comprovativos de inscrição, conforme proposto.

04/OA – Candidatura no Âmbito do Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional - *Artur Amaro Teixeira, Unipessoal Lda.*

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 4107 em 01/03/2016, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Envio de candidatura a Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional

No âmbito da atividade desenvolvida pelo GAEE e tendo por base a gestão de candidaturas ao **Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional**, junto enviamos as seguintes candidaturas instruídas e avaliadas tecnicamente para pronúncia da Câmara Municipal:

- Artur Amaro Teixeira, Unipessoal Lda.”

----- Vem acompanhado de parecer da candidatura e demais documentação, que se dá por reproduzida.

----- O Senhor Presidente *ANTÓNIO BRANCO* em 01/03/2016, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião.”

----- Processo despesa n.º 621 de 02/03/2016.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do apoio não reembolsável previsto no n.º 1 do artigo 4º do RICT no valor de 200,00€ (duzentos euros) mensais e pelo período de 6 meses, condicionado à apresentação mensal do comprovativo de liquidação de renda a *Artur Amaro Teixeira, Unipessoal Lda.*, conforme proposto.

05/OA – Candidatura no Âmbito do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse para o Município - *Essência do Douro Wines and Gourmet, Lda.*

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 4108 em 01/03/2016, com o seguinte teor:



“Assunto: Envio de candidatura a Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal

No âmbito da atividade desenvolvida pelo GAEE e tendo por base a gestão de candidaturas ao **Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal**, junto envio a seguinte candidatura instruída e avaliada tecnicamente para pronúncia da Câmara Municipal:

- Essência do Douro Wines and Gourmet, Lda.”

----- Vem acompanhado de parecer da candidatura e demais documentação, que se dá por reproduzida.

----- O Senhor Presidente *ANTÓNIO BRANCO* em 01/03/2016, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção parcial de 75% dos valores devidos a título de pedido de isenção de taxas municipais associadas à adenda de alteração ao loteamento comunicadas, em nome de *Essência do Douro Wines and Gourmet, Lda.*, conforme proposto.

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

06/DAF – Área Funcional de Recursos Financeiros – Contabilidade e Tesouraria – Resumo Diário.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 01 de março de 2016 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	432.008,70€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	838.210,99€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.270.219,69€
DOCUMENTOS-----	81.501,24€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

07/DAF – Área Funcional de Recursos Financeiros – Contabilidade e Tesouraria – Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 05/DAF de 02/03/2016 que a seguir se transcreve:

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal que, no período compreendido de 17 de fevereiro a 01 de março de 2016, foram processadas e autorizadas Ordens de Pagamento no montante total de **908.104,26 €**:

Descrição	Valores em €
Ordens de Pagamento Orçamentais	897.253,03 €
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	10.851,23 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

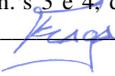
08/DSO – Área Funcional de Compras e Aprovisionamento – Requisições Externas de Despesa.

----- Foi presente a informação n.º 05/DSO de 02/03/2016 da Divisão de Serviços Operativos:

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal que, no período compreendido de 17 de fevereiro a 01 de março de 2016, foram processadas e autorizadas Requisições Externas de Despesa no montante total de **317.525,61 €**:

Nome do Responsável	Valores em €
<i>António José Pires Almor Branco</i>	317.525,61
<i>Rui Fernando Moreira Magalhães</i>	--:--
<i>Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo</i>	--:--
<i>Manuel Carlos Pereira Rodrigues</i>	--:--
Requisições de valor igual ou inferior a 200,00 €	6.497,65
Requisições de valor superior a 200,00 €	311.027,96

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim , que a elaborei e mandei transcrever.

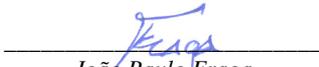
----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 10 horas e 20 minutos.

O Presidente da Câmara Municipal;



António Pires Almor Branco

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira;



João Paulo Fraga